



REVISÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS DO PAÍS

MENSAGENS-CHAVE PARA O TRABALHO COM E PARA OS PAÍSES – SÍNTESE

INTRODUÇÃO

A Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (a Agência) tem como objetivo apoiar os países membros no desenvolvimento e implementação bem-sucedida de políticas de educação inclusiva. Todo o trabalho com os países membros apoia a ambição de a Agência ser um agente ativo na mudança de políticas. Todo o trabalho da Agência está alinhado com o seu derradeiro objetivo dos sistemas de educação inclusiva, que é garantir que todos os alunos, independentemente da idade, dispõem de oportunidades educativas significativas e de elevada qualidade dentro da sua comunidade local, ao lado dos seus amigos e dos seus pares.

O trabalho de **Revisão e Análise das Políticas do País** (CPRA) da Agência decorreu de 2014 a 2021. A CPRA ofereceu aos países membros da Agência informação individualizada relativamente aos quadros de políticas para a educação inclusiva. Colocou também as conclusões e resultados mais abrangentes da Agência no contexto político europeu e internacional mais amplo para a educação e a inclusão.

A CPRA apoiou os decisores políticos dos países membros na reflexão sobre o desenvolvimento de políticas para a educação inclusiva e estimulou a discussão de políticas no país visado. Analisou a informação disponível relativa à política nacional atual para a educação inclusiva; a CPRA não abordou a implementação efetiva das políticas.

Esta síntese apresenta as mensagens fundamentais das atividades da CPRA que podem fundamentar o trabalho futuro de desenvolvimento de políticas relativamente à educação inclusiva dos países, bem como o trabalho da Agência com e para os seus países membros.

METODOLOGIA DA CPRA

A metodologia da CPRA foi desenvolvida durante uma fase-piloto que envolveu a equipa da CPRA e oito países membros da Agência. Os métodos utilizados foram desenvolvidos e validados durante fases posteriores com outros países membros. Até ao final de 2021, 24 países membros da Agência (ou seja, países e jurisdições) tinham participado na CPRA.

A Agência e os decisores políticos dos países membros concordaram que o trabalho de desenvolvimento de políticas pode ser compreendido em termos da sua **intenção percetível**. As abordagens políticas podem ser concebidas para:

- **prevenir** diferentes formas de exclusão educativa antes da sua ocorrência;
- **intervir** para garantir que está disponível uma educação inclusiva de boa qualidade para todos os alunos de forma constante;
- **compensar** com ações e recursos específicos sempre que a prevenção e a intervenção não respondam adequadamente às necessidades dos alunos em contextos inclusivos.

No trabalho de CPRA, o grupo-piloto identificou 12 medidas-chave de políticas para cumprir os objetivos de políticas a nível internacional e europeu e melhorar a qualidade dos sistemas educativos para todos os alunos. A equipa da Agência examinou as abordagens de políticas dos países membros relacionadas com estas medidas. As abordagens foram classificadas como sendo de prevenção, intervenção ou compensação e foram identificadas as lacunas quando não foi indicada qualquer ação política.



PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados da CPRA sugerem que trabalhar com os países para examinar especificamente uma intenção perceptível de uma determinada política pode realçar informação útil para fundamentar o desenvolvimento de políticas. Ao considerar o equilíbrio das abordagens de prevenção, intervenção e compensação e/ou lacunas no alcance das políticas, os países adquirem individualmente informações relevantes para o desenvolvimento de políticas para sistemas de educação inclusiva. Esta consideração realça também mensagens mais alargadas a nível europeu, fornecendo uma potencial avaliação do caminho a seguir no desenvolvimento de políticas rumo a abordagens mais preventivas.

Os sistemas de educação inclusiva requerem um leque abrangente de políticas



A educação inclusiva não abrange apenas políticas de apoio para alunos individuais. Um leque de políticas a todos os níveis deverá considerar e implementar a educação inclusiva.

As 12 medidas e recomendações de políticas realçadas no trabalho de CPRA podem ajudar os decisores políticos a refletir sobre as políticas nacionais existentes em todos os setores que afetam a educação inclusiva.

O desenvolvimento sustentável para a educação inclusiva requer uma combinação de três abordagens de políticas



Desenvolvimentos sustentáveis, a longo prazo, para sistemas de educação inclusiva podem ser vistos como uma combinação de abordagens de prevenção, intervenção e compensatória. O percurso de um país rumo a um sistema de educação inclusivo eficiente e equitativo pode ser identificado por um afastamento de ações políticas maioritariamente compensatórias e uma aproximação a ações políticas mais centradas na intervenção e prevenção.

Existem diferentes padrões de abordagens políticas nas 12 medidas de políticas



Os países membros da Agência envolvidos no trabalho de CPRA apresentaram padrões de abordagem muito diferentes relativamente às 12 medidas de políticas. Embora não tenham sido detetadas tendências claras, foi possível identificar o alcance mais e menos abrangente.

Os países membros tiveram um alcance mais abrangente de políticas a nível das medidas relacionadas com o apoio para uma melhor cooperação, orientação, educação inclusiva e educação pré-escolar.

O alcance foi menos abrangente a nível das políticas relativas às medidas relacionadas com a identidade organizacional da escola, a melhoria da transição da escola para o trabalho, a redução dos efeitos negativos do despiste precoce e retenção escolar, e apoio às melhorias para escolas com resultados educativos mais baixos.

O PROCESSO DE CPRA

O processo de CPRA foi desenvolvido com base em abordagens colaborativas com decisores políticos dos países membros. Estes foram essenciais para a identificação sistemática de áreas para o reforço de políticas e áreas para o desenvolvimento de políticas que os representantes dos países membros pudessem usar de diferentes formas dentro dos seus próprios contextos. Os processos de trabalho colaborativo e cooperativo podem vir a ser desenvolvidos de forma mais aprofundada no trabalho futuro da Agência com os seus países membros.

Os benefícios de um trabalho colaborativo



O trabalho colaborativo dentro dos ministérios da educação, e com outros ministérios, instituições e autoridades, é um pré-requisito para garantir políticas coerentes para a educação inclusiva. Uma abordagem colaborativa ajuda a identificar políticas existentes que contribuem de forma não intencional para a exclusão e que atuam de forma contrária ao objetivo da educação inclusiva.

Reconhecer áreas fortes e áreas a desenvolver



Identificar sistematicamente áreas fortes e áreas a desenvolver dentro dos quadros políticos é um pré-requisito para estabelecer prioridades políticas a curto e a longo prazo para a educação inclusiva. Identificar áreas fortes e áreas a desenvolver pode fundamentar discussões entre todas as partes interessadas na área educativa quanto às mudanças de políticas necessárias para assegurar sistemas de educação mais inclusivos.

ALINHAMENTO COM DESENVOLVIMENTOS DE POLÍTICAS A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU

O trabalho a nível europeu e internacional reforça a necessidade de um trabalho de desenvolvimento mais alargado com países que têm políticas de educação inclusiva centradas em TODOS os alunos. Há uma necessidade especial de integrar compromissos/requisitos específicos internacionais e da União Europeia na legislação e nas políticas de âmbito nacional. É também necessário um trabalho colaborativo e intersetorial para identificar e abordar fatores do sistema que constituem uma barreira à equidade para todos os alunos.

A importância de considerar os desenvolvimentos a nível internacional e europeu



O trabalho essencial a nível internacional e europeu pode apoiar o diálogo no âmbito do trabalho de desenvolvimento de políticas nacionais. Este diálogo pode levar a uma visão clara e amplamente acordada da educação inclusiva e garantir que as convenções internacionais são consagradas na legislação e nas políticas nacionais.

Ter em consideração o rumo a seguir



O trabalho essencial a nível internacional e europeu reafirma desenvolvimentos políticos importantes que orientam o rumo a seguir. Atualmente, estes desenvolvimentos sublinham a necessidade de programas centrados num maior leque de alunos – particularmente os que estão numa situação de desvantagem – para interromper a ligação direta entre inclusão e necessidades educativas especiais/incapacidade que existe em muitos países. O desenvolvimento de uma política baseada em evidências requer uma abordagem multidimensional à educação inclusiva que considere as diferenças individuais e intragrupo ao analisar fatores marginalizantes nas escolas e no sistema educativo mais alargado.

Compreender fatores do sistema que afetam a equidade na educação



Para responder completamente aos fatores do sistema educativo relacionados com a discriminação e o insucesso de grupos vulneráveis, as políticas têm de se centrar na equidade e na importância da imparcialidade nas oportunidades educativas. A política deve transmitir claramente que é possível desenvolver sistemas educativos de elevada qualidade e equitativos.

O FOCO DO TRABALHO FUTURO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS COM OS PAÍSES

Existe potencial para continuar a desenvolver o trabalho de CPRA para fundamentar objetivos e metas das políticas a nível nacional, europeu e internacional. Poderá ser potencialmente desenvolvido um quadro atualizado de CPRA como ferramenta para melhorar a monitorização de desenvolvimentos ao nível da educação inclusiva nos diferentes países membros da Agência e sustentar discussões relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e às prioridades do Espaço Europeu da Educação.

Existe também potencial para que os resultados da CPRA contribuam para apoiar um trabalho de monitorização mais alargado dentro e com os países membros da Agência. Os resultados da CPRA referenciam as situações políticas atuais nos países. A longo prazo, os países podem rever estes resultados para avaliar mudanças e desenvolvimentos específicos das políticas.

Com base no trabalho geral de CPRA, todas as atividades futuras da Agência com os seus países membros contribuirão para a atividade de Apoio ao Desenvolvimento de Políticas dos Países (CPDS). O CPDS desenvolverá os processos de trabalho de CPRA para impulsionar os resultados que se revelaram úteis para os países apoiantes. O CPDS terá por objetivo estabelecer um quadro e uma metodologia abrangentes para trabalhar com representantes dos países membros. Tal permitirá que examinem e monitorizem a implementação efetiva dos quadros de políticas para sistemas de educação inclusiva nos seus países.

Para mais informação sobre o CPRA, consulte o relatório de síntese, *Country Policy Review and Analysis: Key messages for working with and for countries*.